

FGV Direito SP
Mestrado Profissional

INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO EMISSORA DE MOEDA ELETRÔNICA (IP EME): SEU PAPEL NAS MICROECONOMIAS E A IMPORTÂNCIA DA SIMETRIA REGULATÓRIA.

Rodolfo Oliveira da Silva

Projeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP (**Trabalho Exploratório**).

Versão de 30.09.2022

- **Tema, contexto e delimitação de escopo**
 - **Contextualização e Recorte Temático:** O presente estudo tem o objetivo de (i) apresentar, de forma cronológica e objetiva, o mercado brasileiro de pagamentos eletrônicos e a relevância das Instituições de Pagamento Emissoras de Moeda Eletrônica (“IP EME”) para as microeconomias do país; (ii) analisar o papel do Bacen, enquanto regulador das IPs, desde a lei principiológica dos arranjos de pagamentos, até o presente momento de regulação, observando a tentativa do regulador de equalizar o tratamento dos diferentes agentes econômicos no mercado; (iii) contextualizar doutrinariamente a análise econômica do direito (AED), e o conceito de direito aplicados à IP EME; (iv) observar os requisitos de funcionamento e manutenção das atividades de uma IP EME, e a isonomia dos agentes; e (v) reforçar a importância do papel da IP EME nas microeconomias, e o quanto uma regulação desproporcional pode gerar impactos negativos para o crescimento do mercado e da economia do país.
 - **Questão Central de Pesquisa:** Qual a importância da IP EME nas microeconomias, sob a ótica da análise econômica do direito e do conceito de direito e justiça, e como a IP EME se mantém viva e competitiva frente a equalização da assimetria regulatória do mercado financeiro e de pagamentos brasileiro?
 - **Modelo de Pesquisa Predominante:** trabalho exploratório, por meio do qual o candidato fará uma análise do mercado, das IP EME e das dificuldades enfrentadas na obediência à regulação.
- 2. **Quesitos, fontes de pesquisa e formas de acesso**
 - **desdobramento da questão central de pesquisa:** A questão central da pesquisa avalia, a partir do marco regulatório dos meios de pagamento e das iniciativas do Bacen para regular e

incentivar a concorrência no sistema financeiro brasileiro, o quanto as IPs EME estão preparadas para a implementação de obrigações regulatórias para a manutenção de suas atividades, e a continuidade de sua atuação e o fomento das microeconomias do país.

- **definição da sequência lógica de exposição:** i) o mercado brasileiro de pagamentos eletrônicos e as microeconomias, modelos de negócios, atuação das IFs e atuação das IPs EME; ii) a Regulação das IP EME, o marco regulatório e a lei dos arranjos de pagamentos e das instituições de pagamento, o início do enquadramento regulatório das IPs EME; iii) o conceito de direito e a análise econômica do direito (AED) aplicados à IP EME, regras primárias e secundárias, justiça, direito e moral; iv) o binômio competição x regulação, equalização das diferenças entre IFs e IPs EME; e v) o processo de adequação do Compliance nas IP EME, e os impactos de uma regulação desproporcional para a IP EME e seus efeitos na microeconomia.

Contextualização fática:

- Como as IPs EME, que nasceram com o foco na inovação e na implantação de suas inovações tecnológicas no mercado de meios eletrônicos de pagamento, conseguirão se manter operando e crescendo, sem deixar de cumprir os requisitos regulatórios e de Compliance, que o Banco Central do Brasil impõe (o binômio competição x regulação)?

- O papel de IPs EME em microeconomias é relevante para o movimento de educação financeira, inclusão financeira, e inclusão social de empreendedores e respectivas famílias, em diversos segmentos, onde a atividade dessas empresas gera riquezas e aquece economias locais do país. Como esse processo se mantém, uma vez que as IPs EME precisam se adequar a regulação, sem perder sua competitividade e eficácia?

Referencial teórico-normativo

Legislação aplicável e Regime Jurídico para as IPs EME:

Lei 12.865/2013;

Resolução BCB Nº 65/2021 (Compliance);

Circular Nº 3.978/2020 (PLDFT);

Circular Nº 3.681/2013 (Riscos Operacionais e de Liquidez);

Resolução BCB Nº 85/2021 (Segurança Cibernética);

Resolução BCB Nº 44/2020 (CSNU) e Instrução Normativa BCB Nº 262/2022;

Resolução BCB Nº 155/2021 (Política Institucional de Relacionamento com Clientes e Usuários);

Resolução BCB Nº 80 e 81/2021 (Constituição, Funcionamento, Governança e Autorização);

Resolução BCB Nº 28/2020 (Ouvidoria);

Resolução BCB Nº 93 (Auditoria Interna);

Resolução CMN Nº 2.451/1997 (Segregação Adm Recursos Terceiros)
Resolução BCB Nº 96/2021 (Aberturas, Manutenção e Encerramento de Contas de Pagamento)
Circular 3.504/2010 (Nomeação de Responsável por Informações no BCB)
Resolução BCB 23/2020 (Informações de Composição Societária)
Resolução BCB 150/2021 (Normas sobre Arranjos de Pagamento)
Resolução BCB nº 222/2022 (RDR)
Resolução BCB nº 197/2022 (regras prudenciais para IPs)
Resolução BCB nº 198/2022 (metodologia PRIP tipo 2)
Resolução BCB nº 199/2022 (metodologia PRIP tipo 3)
Resolução BCB nº 200/2022 (regras de PR nível I)
Resolução BCB nº 201/2022 (metodologia simplificada PRs5)
Resolução BCB nº 202/2022 (cálculo dos ativos ponderados pelo risco - RWA)
Resolução BCB Nº 246/2022 (limites máximos para a tarifa de intercâmbio e veda o estabelecimento de prazos máximos diferentes)
Cadernos do CADE
Consultas Públicas do Bacen oriundas das intenções de normatização e regulação
Doutrina acerca da AED com foco em equidade social e da eficiência econômica
Doutrina acerca da Teoria do Direito com foco em direito e justiça, e direito e moral

Questões jurídicas controversas ou com potencial de problematização:
Apreciação de assimetrias entre requisitos regulatórios para IPs EME e IFs, apreciação de assimetria entre arranjos de pagamento e suas aplicações para as IPs EME, apreciação do impacto de quanto a regulação desproporcional inviabiliza a operação ou tira o poder de competição das IPs EME acarretando o enfraquecimento das microeconomias.

Posicionamento proposto, fundamento jurídico e suas limitações:

Explicação das regras vigentes com sugestão de liability calibration e equidade aos participantes, análises acerca das atividades das IPs EME e a análise econômica do direito, o princípio da função social e o princípio da preservação da empresa.

Abordagem analítica

- Como calibrar a regulação dos entrantes frente as expectativas dos incumbentes, dentro da estratégia do Bacen quanto ao binômio competição e regulação?
- Por que o tema do papel das IPs EME nas microeconomias e o impacto da simetria regulatória para suas atividades precisa ser analisado?
- Qual o impacto que uma forte regulação nas IPs EME causaria na competição, inclusão e no crescimento econômico do mercado?

Recomendações finais

- Quais caminhos podem ser percorridos para a equalização da assimetria regulatória entre IPs EME e IFs?
 - Como as IPs EME irão se posicionar frente ao atual arcabouço regulatório e de regulação desproporcional, e continuar exercendo seu papel de fomento nas microeconomias do país?
- **Relevância prática, caráter inovador e potencial de impacto**
 - **por que o trabalho é relevante e a quem se destina**
 - **qual a utilidade prática e o componente de inovação**
 - **como pode transformar a realidade**

A relevância do trabalho se dá pela dinâmica do mercado de meios eletrônicos de pagamento, e o quanto ele cresceu e evoluiu ao longo dos últimos anos. Tal crescimento fez com que as IPs EME encontrassem seus espaços e oportunidades em nichos do mercado brasileiro, bem como em microeconomias, ao mesmo tempo que o regulador viu a necessidade do aprimoramento dos mecanismos de controle e governança para a manutenção do equilíbrio de competição do mercado, e da salvaguarda do risco sistêmico da indústria.

O trabalho se destina aos profissionais da área jurídica, área de atuação em meios eletrônicos de pagamento e fintechs, interessados que buscam aprimorar seu conhecimento na indústria de meios eletrônicos de pagamento, no arcabouço regulatório e no Compliance de suas instituições, bem como para acadêmicos e demais estudiosos do tema e da indústria de meios eletrônicos de pagamento no Brasil.

A adequada aplicação dos requisitos regulatórios e das regras de Compliance nas IPs EME, trarão mais segurança, competição, crescimento econômico ao país, e inclusão financeira e social para a população brasileira.

- **Familiaridade com objeto da pesquisa**
 - **detalhar experiência própria do pesquisador**
 - **destacar possíveis vieses**

Advogado com experiência em Compliance, regras de Arranjos de Pagamento e Instituições de Pagamento, Regulatório do BACEN, Implementação de projetos de pagamentos e de tecnologia no mercado brasileiro.

Atuando há mais de 21 anos na indústria de meios eletrônicos de pagamento e tecnologia, inicialmente nas áreas Comercial e de Desenvolvimento de Negócios, migrando para a área jurídica empresarial consultiva de meios eletrônicos de pagamento e fintechs.

Habilidades e experiência em desenvolver e implementar projetos B2C e B2B, relacionados aos mais variados modelos de negócios regulados e não regulados.

5. Bibliografia preliminar

O trabalho a ser apresentado será pautado principalmente minha vivência profissional no mercado de meios eletrônicos de pagamento ([linkedin.com/in/HYPERLINK_rodolfoos](https://www.linkedin.com/in/HYPERLINK_rodolfoos)); fontes do Bacen, Leis, circulares, resoluções, instruções normativas (Lei 12.865/2013; Lei

9.613/1998; Lei 12.846/2016; Lei 13.260/2013; Resoluções COAF; Cadernos CADE; Circulares Bacen, incluindo: 3978/2020; 3681/2013, 197/2022, entre outras; Resoluções BCB, incluindo 01/2020, 65/2021, 85/2021, 96/2021, 150/2021, entre outras; Resolução Conjunta 01/2020); e livros nacionais e internacionais a serem definidos, sobre os temas relacionados aos meios eletrônicos de pagamento, análise econômica do direito, teoria do direito, contratos, tecnologia, entre outros.

Sobrenome, Nome. *Em itálico, título: subtítulo*. Edição. Cidade: Editora, ano.

Sobrenome, Nome. "Título do artigo publicado em revista acadêmica." *Em itálico, título da revista acadêmica*. Volume, ano, páginas.

Sobrenome, Nome. "Título do capítulo de obra coletiva." In: Organizadores ou editores (org. ou ed.). *Título da obra coletiva*. Edição. Cidade: Editora, ano, páginas.

6. Cronograma de execução

Atividade	2018			2019												Horas	
	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
[Revisão bibliográfica]																	[90h]
[Coleta de decisões]																	[30h]
[...]																	[...]
[...]																	[...]
[...]																	[...]
[...]																	[...]
[...]																	[...]
[...]																	[...]
[...]																	[...]
[...]																	[...]

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO
- O MERCADO BRASILEIRO DE PAGAMENTOS ELETRÔNICOS E AS MICROECONOMIAS
 - Os meios de pagamentos eletrônicos e os modelos de negócios nas microeconomias
 - Atuação das instituições financeiras, tamanho não significa abrangência
 - IP EME: mercado não regulado, informalidades e o lastro das operações
- A REGULAÇÃO DAS IPs EME

- A origem da Lei das IPs
- Desdobramentos das diretrizes regulatórias do Banco Central do Brasil (Bacen)
 - Primeiros passos no binômio de competição e regulação, e a assimetria inicial do mercado financeiro
 - Circulares, Normativos, Resoluções e o enquadramento da IP EME
- O CONCEITO DE DIREITO E A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO (AED) APLICADOS À IP EME
 - IP EME e a Teoria do Direito
 - Regras primárias e secundárias
 - A justiça, o direito e a moral
 - IP EME e a AED
 - Os aspectos de equidade social e da eficiência econômica – a informalidade, a empregabilidade, a inclusão social
 - O desenvolvimento econômico e social de microeconomias – bancarização e as alternativas de inclusão financeira
 - O princípio da função social da empresa e o princípio da preservação da empresa intrínsecos as atividades da IP EME no mercado de pagamentos brasileiro
- OS IMPACTOS DE UMA REGULAÇÃO DESPROPORCIONAL NO BINÔMIO REGULAÇÃO E COMPETIÇÃO DO BACEN
 - Os arranjos de pagamentos do SPB e do SPI
 - A participação das IPs EME na economia do país: números e market share
 - Assimetrias entre arranjos de pagamento e o papel do regulador
 - A equidade das regras para os instituidores de arranjos de pagamento
 - O quanto a regulação desproporcional inviabiliza a operação ou tira o poder de competição das IPs EME
 - Mercados, modelos de negócio e modelos de atuação – o apetite ao risco e o relacionamento com os clientes nas estruturas verticais, regionais e B2B
 - O Compliance nas IPs EME
 - PLDFT, Cibersegurança e controles internos
 - Regras prudenciais e gestão de riscos (operacionais e de liquidez)
- CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PROBLEMÁTICA DOS IMPACTOS DE UMA REGULAÇÃO DESPROPORCIONAL PARA AS ATIVIDADES DA IP EME, E OS EFEITOS NAS MICROECONOMIAS DO PAÍS
- CONCLUSÃO
- REFERÊNCIAS
- CONSULTAS PÚBLICAS RELEVANTES PARA A REGULAÇÃO DA IP EME